

■ O ciclo vicioso da política econômica brasileira

■ SÃO PAULO. A ênfase da agenda eleitoral dada à política fiscal prova também que os governos se sucedem, mas permanece um ciclo vicioso. O desequilíbrio das despesas das administrações públicas exigem uma pesada carga tributária, equivalente a quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB), geram um déficit de 3% a 3,5% do PIB, financiado com títulos públicos do Tesouro Nacional remunerados pela mais alta taxa de juros do mundo, hoje em 13,75% ao

ano. O índice castiga o setor produtivo, mas beneficia o sistema financeiro e a parcela da sociedade brasileira com

renda para aplicar.

Desta vez, entretanto, a discussão ganha um tom especial, pelas circunstâncias diferenciadas em comparação com o passado recente. Os agentes econômicos e políticos cobram dos candidatos à Presidência o compromisso com uma agenda fiscal para crescer, como fez o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, ao ser reconduzido ao cargo semana passada.

— A abertura de espaço para a diminuição da carga tributária somente ocorrerá por meio da redução do gasto pú-

blico — enfatizou Monteiro. Outro efeito esperado é a recuperação da capacidade de investimento público. Estima-se que o atual nível de investimento — 0,5% do PIB — deva subir para cerca de 2,5% para se tornar em fator determinante do crescimento.

O momento coincide ainda com o desejo nacional de aproveitar as condições externas e internas favoráveis e ver o País dar o salto rumo ao desenvolvimento. Lula já deu sinais de que fará do segundo o primeiro mandato, caso seja reeleito. Ou seja, não será interrompido de vez o conservadorismo adotado pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na condução dos juros, mas uma certa ousadia é esperada para aquecer a economia.